PREFEITURA DE MANAUS

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA MANAUS PREVIDÊNCIA

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se na sede da Manaus Previdência o Comitê de Investimentos. Na oportunidade, participaram da reunião o Presidente, Flávio Rodrigues de Castro, e os membros, Ana Silvia dos Santos Domingues, Caio Cesar Andrade, Carolinne Nunes dos Santos, Edson Palheta Brasil, e Raimundo Nonato de Oliveira. Os itens constantes da pauta foram: **(1)** Análise e deliberação do Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de maio de 2018; **(2)** Análise e deliberação sobre eventual compra de Títulos Públicos Federais. Verificada a existência de quórum para a abertura da reunião, deu-se início aos trabalhos. O Presidente do Comitê, Sr. Flávio de Castro, iniciou a reunião informando aos membros sobre a palestra que ocorrerá no dia 09/07, às 14h00, a ser ministrada pela economista do banco Itaú, cujo o tema será "Cenários econômico e político e as implicações destes nos investimentos". Além disso, informou que na semana passada houve a Assembleia Geral de Cotistas (AGC) do fundo BR Hotéis, um dos fundos que compõem a carteira de alto risco da Manaus Previdência. Esclareceu que um dos cotistas convocou a AGC com a intenção de substituir a atual gestora do fundo, Bridge, tendo indicado para votação a Gestora de Recursos Graphen. O Presidente disse que após conversar com outros cotistas, entrou com o pedido de prorrogação da AGC para que tivessem a oportunidade de analisar propostas de outras gestoras, no entanto, no dia anterior à assembleia obteve a resposta de que o pedido não havia sido acatado. Continuando, disse que compareceu à AGC, e votou pela suspensão da Assembleia acompanhado de outros cotistas, no entanto, tiveram seus votos vencidos. Sendo assim, a assembleia prosseguiu, e a Graphen Investimentos foi eleita a nova gestora do fundo BR Hotéis. Dando seguimento, o Presidente passou a tratar do fundo Ecohedge, que também elenca o rol de fundos problemáticos da carteira. Disse que houve uma assembleia para tratar desse fundo que iniciou em maio, foi suspensa, e terminou em junho, na qual foi discutida entre o gestor, o administrador e os cotistas a possibilidade de novo aporte para custear as despesas com o escritório jurídico que ingressará com medida judicial contra o devedor visando a obtenção da propriedade do prédio Porto Maravilha, localizado no Rio de Janeiro, uma vez que o fundo possui apenas as Cédulas de Créditos Imobiliários (CCIs), cujo lastro é o referido imóvel. A representante Mariana Paim da Brasil Plural, atual gestora, explicou ao Presidente que caso os cotistas, ou uma parte deles, não aceitem realizar o aporte, a outra saída seria liquidar o fundo. O Presidente então informou aos membros que ficou acertado de que a Sra. Mariana Paim realizaria um estudo para verificar essa questão do aporte, e

encaminharia ao Presidente para que fosse analisado pelo Comitê. Continuando, passou a tratar do Relatório de Investimentos do mês de maio de 2018. Explicou que esta apresentação seria apenas uma prévia, e que depois enviaria para o e-mail de todos a versão final para análise e aprovação. Ao abrir o gráfico referente à evolução da carteira, disse que em 2016 a SUPINV realizou o desmembramento da carteira total de investimentos da Manaus Previdência em duas "carteiras". A carteira "saudável", composta por aqueles fundos/títulos sob os quais há a possibilidade de gestão, e a carteira de fundos problemáticos, ou, de maneira coloquial, fundos "podres". Sobre a carteira saudável, destacou que, quando avaliada desde 2016 até o referido mês, sua rentabilidade (36%) supera a meta atuarial definida para o RPPS (27%). Ressalte-se que esta "separação" foi realizada apenas para facilitar a compreensão dos investimentos e do trabalho que vêm sendo realizado pelo Comitê. Continuando, falou "abrindo um parêntese, outro dado importante é que a meta de inflação, que é o que direciona se o Copom vai aumentar ou reduzir a taxa de juros, foi alterada recentemente pelo Bacen, então para 2018 a meta é de 4.5%a.a., para 2019 a meta é de 4.25%a.a., para 2020 a meta é de 4.0%a.a., e pra 2021 é de 3.75%a.a.. Ou seja, quanto menor a meta de inflação mais dificultoso de alcançá-la, porque o Brasil é um país que historicamente tem a inflação alta. Então se a meta hoje está em 4.5%a.a., e já está difícil de ficar abaixo de 4.0%a.a., pensemos em 2021 quando a meta de inflação for 3.75%a.a., será dificultoso cumprir essa meta ou ficar abaixo dela. Seguindo esse raciocínio, penso que provavelmente haverá um movimento de alta de juros para poder enquadrar a meta. Porque se com toda essa recessão, com a economia fraca, a inflação está em 4.0%a.a., imaginemos quando a economia aquecer. Então certamente será mais complicado alcançar a meta de inflação de 3.75%a.a. com a economia crescendo, com desemprego diminuindo, por exemplo. Sendo assim, já há um consenso no mercado de que essa taxa de juros não se manterá em 6.5%a.a., e que em 2019 essa taxa vá para 8.0%a.a.. Mas pode ser que o mercado erre." Retornando à apresentação, adentrou as tabelas que trazem as rentabilidades mensais e anuais dos ativos de renda fixa e de renda variável da carteira. Antes de iniciar a leitura, relembrou aos membros que o mês de maio foi um mês desfavorável para os investimentos, tendo em vista todos os eventos que ocorreram, os quais foram explanados na reunião do dia 29/05/2018. Falou sobre a evolução da carteira, rentabilidade mensal e anual *versus* meta atuarial do RPPS. Perpassou por cada um dos fundos da carteira total e apontou os fundos que mais sofreram com esse cenário de estresse. Ao encerrar, abriu espaço para perguntas ou esclarecimentos. Não houve manifestação dos membros presentes. Dando seguimento, adentrou o tópico acerca da compra de Títulos Públicos Federais. Disse que a expectativa de subida da taxa de

juros, segundo o que prevêm os analistas econômicos, traz a possibilidade do Comitê tornar a estudar a aquisição de Títulos Federais. Continuando, a sua ideia seria de que os papéis fossem marcados na curva, e, por isso, precisariam necessariamente ser levados até o vencimento. Além disso, acredita que só seria vantajoso comprar títulos com taxas que cumprissem a meta atuarial. Para finalizar, disse que o valor, aproximadamente R$ 40 mi, seria realocado dos fundos IMA-B, o que deixaria a carteira mais próxima da alocação objetivo, e que também solicitaria do Atuário da Manausprev um estudo para verificar a viabilidade da vinculação desse montante *versus* as obrigações previdenciárias do RPPS. Sendo esses os assuntos da pauta deu-se por encerrada a reunião, às 10h30 (dez horas e trinta minutos), da qual, eu, Carolinne Nunes dos Santos, participei e lavrei a presente Ata que assino com os demais conselheiros.

PARTICIPANTES

Flávio Rodrigues de Castro *(Presidente do Comitê de Investimentos)* .....
Ana Silvia dos Santos Domingues *(Membro)* .....
Caio Cesar Andrade *(Membro)* .....
Carolinne Nunes dos Santos *(Membro e Secretária)* .....
Edson Palheta Brasil *(Membro)* .....
Raimundo Nonato de Oliveira *(Membro)* .....